



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS JOÃO CÂMARA

BR 406, Km 73, 3500, Perímetro Rural, JOÃO CÂMARA / RN, CEP 59550-000

Fone: (84) 4005-4105

PARECER Nº 11/2023 -
DIAC/DG/JC/RE/IFRN

9 de agosto de 2023

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Aviso de Contratação Direta nº 03/2023- UASG 158373

Objeto: Serviço de manutenção preventiva em subestação no cubículo de medição, seccionamento e disjunção da unidade do IFRN - Campus João Câmara.

Recorrente: MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA, CNPJ 08.519.304/0001-71

Recorrido: JMD INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ 25.005.751/0001-21

Nos termos do Art. 165 da Lei nº 14.133/2021, ratifico o posicionamento e decisão proferidos no **PARECER Nº 18/2023 - COSGEM/DIAD/DG/JC/RE/IFRN** em sua resposta ao recurso administrativo e contrarrazões apresentados, conhecendo do recurso interposto pela empresa licitante MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA, CNPJ 08.519.304/0001-71, e decidindo pelo **PROVIMENTO PARCIAL** ao pedido de reconsideração apresentado e **DESCCLASSIFICAÇÃO** da **JMD INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ 25.005.751/0001-21**, de modo a retornar à fase de julgamento das propostas, para que seja examinado a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação e em sendo constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

É como decido.

Gilmara Freire Azevedo

Substituta Eventual da Direção Geral – Mat. SIAPE 2017446

IFRN Campus João Câmara

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Gilmara Freire Azevedo, DIRETOR(A) GERAL - CD - DG/JC**, em 09/08/2023 13:24:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 595532

Código de Autenticação: 5fe3d3e1bf





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS JOÃO CÂMARA

BR 406, Km 73, 3500, Perímetro Rural, JOÃO CÂMARA / RN, CEP 59550-000

Fone: (84) 4005-4105

PARECER Nº 18/2023 -
COSGEM/DIAD/DG/JC/RE/IFRN

9 de agosto de 2023

À Diretoria de Administração do IFRN - Campus João Câmara

Sra. Kezia Arachelli de Lira Silva Cruz

PROCESSO Nº: 23134.001035.2023-41

ASSUNTO: Resposta ao Pedido de Reconsideração de Análise da Documentação Técnica de Empresa Licitante (1ª Colocada) objetivando a realização de serviços de engenharia para Limpeza e Manutenção da Subestação Elétrica do IFRN - Campus João Câmara - CONTRATAÇÃO DIRETA 03/2023 - IFRN/JC.

Trata-se de recurso administrativo interposto por MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA (**empresa recorrente**), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.519.304/0001-71, contra a decisão da Equipe de Planejamento, que declarou classificada e habilitada a empresa JMD INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA (**empresa sagrada vencedora**), inscrita no CNPJ Nº 25.005.751/0001-21, na Contratação Direta nº 03/2023 – UASG 158373, cujo objeto é o *serviço de manutenção preventiva em subestação no cubículo de medição, seccionamento e disjunção da unidade do IFRN - Campus João Câmara*, com base na Lei nº 14.133/2021 e na IN 67/2021 – SEGES/ME, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta nº 03/2023 e seus anexos.

Inicialmente, cabe destacar que o atual sistema de Contratação Direta do Governo Federal não dispõe de funcionalidade própria para a apresentação de recurso administrativo. Por outro lado, o Art. 165 da própria Lei nº 14.133/2021, estabelece que:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

(...)

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

(...)

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

(...)

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (adaptações e grifo nosso).

1. DA TEMPESTIVIDADE

As razões recursais foram protocoladas pela recorrente MFMB ELETROCEL GRUPOS GERADORES LTDA, às 08h34 do dia 07 de agosto, através de e-mail endereçado à Equipe de Planejamento deste Órgão, uma vez que não foi possível disponibilizar o chat do sistema como meio para as proponentes manifestarem a intenção de recorrer após a aceitação da proposta e habilitação da empresa JMD INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, respeitando, portanto, o prazo estabelecido no Art. 165 da referida legislação, razão pela qual o recurso deve ser conhecido.

A empresa JMD INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, por sua vez, apresentou as devidas contrarrazões às 14h11 do mesmo dia 07 de agosto, também dentro do prazo legalmente estabelecido.

2. SÍNTESE DO RECURSO

Em breve síntese, a recorrente alega que a empresa sagrada vencedora:

1. Apresentou o Registro da empresa na entidade profissional do CREA, vencido;
2. Não apresentou Atestado(s) Técnico(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) que comprovassem ter aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação direta;
3. Não apresentou profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, que detivessem ART ou CRT de execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação.

4. SÍNTESE DA CONTRARRAZÃO

Em breve síntese, a empresa sagrada vencedora manifestou que:

1. De acordo com a legislação vigente e os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, não se vislumbra a existência de fase recursal no contexto dos processos de dispensas eletrônicas;
2. A empresa recorrente intentou um recurso, por meio eletrônico, invocando dispositivos legais alheios à temática em questão, notadamente o Artigo 165 da mencionada legislação, cujo teor não se coaduna com o escopo de um processo de dispensa;
3. Anexou à presente correspondência a documentação atualizada e tangenciada pela recorrente, a fim de que o Órgão Licitante pudesse realizar o exame pertinente.

4. DA ANÁLISE DO MÉRITO

No pleito da contrarrazão, a sagrada vencedora manifestou que o Art. 165 da Lei 14.133/2021 (supracitado neste Parecer), não se coaduna com o escopo de uma Contratação Direta. Todavia, em seu próprio Caput, o artigo dispõe que a sua aplicação se refere a todos os atos da Administração decorrentes dela, não excluindo qualquer modalidade licitatória existente. E ainda possibilita, em seu inciso II, um pedido de reconsideração ao ato do qual não caiba recurso hierárquico.

Nesse contexto e considerando o princípio da transparência do agente público em todo e qualquer ato e processo licitatório, quando este é movido a se manifestar seja qual for o posicionamento, o Recurso aqui interposto pela recorrente será reconhecido pela Equipe de Planejamento como um pedido de reconsideração, que será analisado e respondido.

O **item 1.4.1 do Anexo I** do Aviso desta Contratação Direta, determina que para a empresa proponente licitante ser habilitada tecnicamente no certame, deverá apresentar: *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), em plena validade.*

Observou-se que a CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA do CREA-CE, sob nº 308292/2023, Chave: Ayy63, possuía validade em **31/07/2023**. Data esta anterior à data da solicitação de documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar no certame licitatório, em **03/08/2023**.

Portanto, apoiado pelo **item 6.11** do Aviso desta Contratação Direta que determina que: *Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou **apresentá-los em desacordo** com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta, tem-se que a sagrada vencedora não atendeu às exigências de habilitação da licitação.*

Ainda em sua contrarrazão, a sagrada vencedora anexou documentação atualizada, infringindo o Art. 64 da Lei 14.133/2021 que dispõe:

*Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para:*

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

*II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado **após** a data de recebimento das propostas. (grifos nossos)*

Com relação aos outros dois itens apontados pela recorrente, a Equipe de Planejamento evidenciou, através da documentação originalmente enviada pela sagrada vencedora, que ela apresentou a CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PARCIAL COM ATESTADO do CREA-CE, sob nº 122188/2016, Chave: CC9C4 e a própria CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA do CREA-CE, sob nº 308292/2023, Chave: Ayy63, que comprovaram a aptidão para a prestação dos serviços e profissional devidamente registrado e pertencente ao seu quadro técnico com ART de execução de objeto de características semelhantes, para fins desta contratação.

5. DA DECISÃO

Diante de todo o exposto, conforme fundamentado acima e atento aos princípios que norteiam os processos licitatórios, em especial o princípio da legalidade, da isonomia e da vinculação ao edital (Aviso de Contratação Direta), decido por **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao pedido de reconsideração apresentado e pela **DESCCLASSIFICAÇÃO** da **JMD INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA**, de modo a

retornar à fase de julgamento das propostas, para que o órgão examine a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação e em sendo constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

Encaminho os autos do processo à Autoridade Competente do IFRN – Campus João Câmara, para análise, considerações e decisão do Pedido de Reconsideração em pauta. Informo que os autos possuirão vista franqueada aos interessados na página oficial do IFRN – Campus João Câmara, com posterior informação no chat do ComprasNet do link de acesso.

É o Parecer.

(Assinado eletronicamente)

DANIEL MELO MARTINS DE GÓIS

Eng. Civil | CREA 210130367-1

Campus João Câmara | SIAPE 1992690

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Daniel Melo Martins de Gois, ENGENHEIRO-AREA**, em 09/08/2023 11:21:16.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 595448

Código de Autenticação: cce7167c1a

